

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.882 - SC (2019/0313116-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **BOLSA DE TELEFONES HOFFMANN LTDA**
ADVOGADOS : **AGNALDO CHAISE - SC009541**
: **GISELLE REGINA SPESSATTO - SC018306**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BOLSA DE TELEFONES HOFFMANN LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REITERAÇÃO.

Embargos que são mera reiteração de embargos de declaração já analisados e julgados por esta Turma não devem ser conhecidos" (fl. 490e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 1º e 535 do CPC/73.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"No caso há flagrante negativa de prestação jurisdicional, na medida em que os segundos embargos declaratórios interpostos pela recorrente objetivaram o prequestionamento dos artigos 535, II, do Código de Processo Civil e 5º, XXXV, da Constituição Federal, para garantir o acesso às instâncias superiores, não se tratando de mera reiteração dos embargos declaratórios interpostos anteriormente" (fl. 498e).

Requer-se, por fim, "a admissão do Recurso Especial por este Egrégio Tribunal, com posterior remessa dos autos ao Colendo Superior Tribunal de Justiça, para que este, confirmando o juízo de admissibilidade, reforme a decisão recorrida para o efeito de anular o julgamento dos segundos embargos declaratórios, devolvendo-se à origem para que dele conheça, provendo ou desprovendo o recurso" (fls. 499/500e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 530/531e).

Superior Tribunal de Justiça

O presente recurso não merece prosperar.

Pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que, uma vez consistindo, os Embargos de Declaração, mera reiteração de pontos já examinados em Aclaratórios anteriores, cabível se afigura o seu não conhecimento.

Senão, vejamos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REITERAÇÃO DE VÍCIOS JÁ REJEITADOS PELA SEXTA TURMA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. Verificada a mera reiteração dos embargos de declaração, para apontar os mesmos vícios já rejeitados por esta Corte Superior, impõe-se o não conhecimento do novo recurso integrativo.

2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no AREsp 1.175.430/PR, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 23/11/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.

I - A parte embargante formulou pedidos de: retirada de pauta, tutela provisória e adiamento de pauta. Os requerimentos de adiamento e retirada de pauta devem ser indeferidos, porquanto aparentam ter fundamento em produção de prova, inviável nesta instância recursal. Os pedidos de tutela provisória serão analisados posteriormente.

II - A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), caso dos autos, o que, por si só, é suficiente para o não conhecimento do recurso, na

Superior Tribunal de Justiça

medida em que a deficiência da argumentação inviabiliza a compreensão exata da controvérsia a ser solvida, atraindo a incidência, por analogia, do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

III - Evidenciado o caráter manifestamente protelatório, ante a reiteração, em novos declaratórios, de questões já apreciadas, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - Embargos de declaração não conhecidos, com a imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa" (STJ, EDcl no AREsp 1.293.049/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/10/2018).

Registre-se, outrossim, a impossibilidade de exame da questão referente à efetiva ocorrência, ou não, de omissão, no acórdão recorrido, dada a ausência de fundamentação da matéria no Recurso Especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora